

CONCURSO
**GUARDA
MUNICIPAL**
DE BELO HORIZONTE

Nível médio

E-BOOK

História de BH

Prof Anderson Silva



EDITORA

OLÁ PROLABORIANO!

É com imenso prazer que nos encontramos para esta jornada de estudos visando à sua aprovação no concurso da Guarda Municipal de Belo Horizonte. Sou **Anderson Silva**, graduado e bacharelado em História, pós graduando em Direitos Humanos e professor de História, Atualidades e conhecimentos gerais para concursos.

O material que está em suas mãos foi didaticamente preparado para facilitar e potencializar o entendimento da matéria em um rápido tempo de leitura. Espero que faça uso desta ferramenta e que ela possa ser útil para sua preparação.

Para otimizarmos os estudos, essa amostra do nosso material é recheada com “QR Codes” (códigos QR) que podem ser acessados através do seu celular apenas apontando a câmera para o próprio código. Caso seu celular não permita, é só baixar algum dos aplicativos que fazem esse tipo de leitura e que estão disponíveis na Apple Store e na Play Store.

Vale lembrar que para uma preparação completa e 100% de acordo com o edital, sempre recomendamos a compra da apostila completa que está à venda em nosso site. Acesse www.editorapl.com.br e venha fazer parte do nosso time de aprovados.

Conte comigo nessa caminhada. Estamos juntos!

**PROF. ANDERSON SILVA**

FUNDAÇÃO DE BELO HORIZONTE

A história do município de Belo Horizonte inicia-se no século XVII com a fixação do bandeirante João Leite da Silva Ortiz nas terras delimitadas entre o pé da Serra de Congonhas até a Lagoinha. Nesse Local, favorecido pela topografia, Ortiz iniciou a atividade agrícola e pastoril que promoveu o desenvolvimento da área tornando-a centro de abastecimento e produção. Abílio Barreto na obra “Memória Histórica e Descritiva de Belo Horizonte”.

Com a proclamação da República veio à necessidade de mudança, Ouro Preto não apresentava alternativas para o desenvolvimento urbano e não dava condições para melhoria sanitária uma vez que sua topografia não favorecia tal desenvolvimento, sem contar que a antiga capital resguardava o ar histórico do período Imperialista o que não combinava com o ressentido contexto republicano.

A nova capital tinha que ter ares republicanos, aspectos inovadores com ruas largas, condições de saneamento adequado, edifícios modernos, praças e quarteirões planejados, deixando de lado os aspectos históricos da arquitetura colonial portuguesa.

Coube ao então governador Augusto de Lima encaminhar a questão ao Congresso Mineiro, em 1891 que, reunido em Barbacena, em sessão de 17 de dezembro de 1893 já no governo de Afonso Pena, indicou pela lei n. 3, adicional à Constituição Estadual, a disposição de que a mudança da capital ocorresse para local que reunisse as condições ideais. Cinco localidades foram sugeridas: Juiz de Fora, Barbacena, Paraúna, Várzea do Marçal e Belo Horizonte.

A comissão técnica, chefiada pelo engenheiro e geógrafo Aarão Reis natural do Pará, julgou em igualdade de condições Belo Horizonte e Várzea do Marçal, o mesmo decidindo-se ao final pela última localidade. Uma equipe de técnicos, geólogos, geógrafos, foi contratada, analisando a viabilidade técnica da transferência, viram que a mesma não era viável, pois a área era pantanosa. Por isso, a escolha foi reavaliada e mudou-se então a decisão: ao invés de Várzea do Marçal, Arraial do Curral Del Rei (Belo Horizonte), seria o local de instalação da nova capital.

Em 17 de dezembro de 1893, Afonso Pena, na ocasião Governador de Minas Gerais (1892-94), promulgou a lei que designava Belo Horizonte para ser a capital do Estado, estabelecendo o prazo mínimo para a transferência definitiva do governo era de 4 anos.

Em 1893, o arraial foi elevado à categoria de município e capital de Minas Gerais, sob a denominação de Cidade de Minas. Em 1894, foi desmembrado do município de Sabará. No mesmo ano, os trabalhos de construção foram iniciados pela Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada por Aarão Reis, com o prazo de 5 anos para o término dos trabalhos.



No brasão de Belo Horizonte, símbolo da cidade, aparece duas datas: **17 de Dezembro de 1893** e **12 de Dezembro de 1897**, respectivamente, o dia em que ficou decidida a transferência da sede do governo e o dia da instalação oficial da nova capital que recebeu seu nome oficial “**Belo Horizonte**” só em 1901.

1750

Distrito criado com a denominação de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rey, por Ordem Régia de 1750

1890

Pelo Decreto Estadual nº 36, de 12-04-1890, o distrito de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rey foi renomeado como Belo Horizonte.

1891

A Lei Estadual nº 2, de 14-09-1891, confirmou a criação do distrito de Belo Horizonte.

**1893/
1894**

Elevado à categoria de município e Capital, com a denominação de Cidade de Minas, pela Lei Estadual nº 3, de 17-12-1893, e Decretos Estaduais nº 716, de 05-06-1894 e 776, de 30-08-1894. Desmembrado do município de Sabará. Instalada em 12-12-1897.

1901

Pela Lei Estadual nº 302, de 01-07-1901, o município e capital de Cidade de Minas passou a denominar-se Belo Horizonte.

**1911 -
1920**

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 e nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-IX-1920, município já denominado Belo Horizonte é constituído do distrito sede.

1923

Pela Lei Estadual nº 843, de 07-09-1923, é criado o distrito de Venda Nova (ex-povoado), com território desmembrado do distrito sede de Belo Horizonte, acrescido de uma parte do distrito da sede do município de Santa Luzia do Rio das Velhas e anexado ao município de Belo Horizonte.

1933

Em divisão administrativa referente ao de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Belo Horizonte e Venda Nova.

**1936/
1937**

Assim permanecendo em divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

1938

Pelo Decreto-lei Estadual n° 148, de 17-12-1938, o distrito de Venda Nova foi transferido de Belo Horizonte para o município de Santa Luzia.

**1939 -
1943**

No quadro fixado para vigorar no quinquênio 1939-1943, o município é constituído do distrito sede.

1948

Pela Lei n.º 336, de 27-12-1948, o município de Belo Horizonte adquiriu novamente o distrito de Venda Nova município de Santa Luzia.

**1960 -
1993**

Em divisão territorial datada de I-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Belo Horizonte e Venda Nova. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1993.

1995

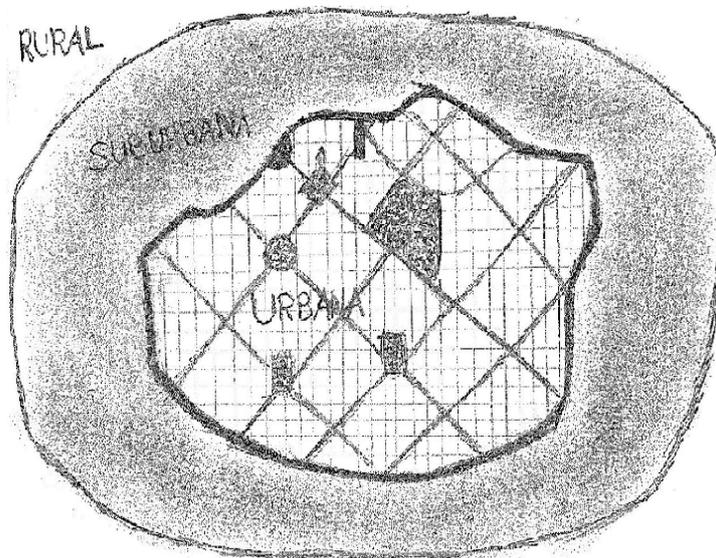
Pela Lei n.º 6.936, de 16-08-1995, é criado o distrito de Barreiro e anexado ao município de Belo Horizonte.

**2005 -
2007**

Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 3 distritos: Belo Horizonte, Barreiro e Venda Nova. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

A nova capital foi projetada de forma setorizada e organizada em zonas: urbana, suburbana e rural, definindo assim a ocupação dos grupos e seus espaços. A corporificação da ordem se fazia na constituição dos espaços definidos a partir da noção de estar fora ou dentro dos limites da Avenida do Contorno.

No projeto original a Nova Capital foi planejada resguardando três zonas: zona urbana, suburbana e rural.



Podemos destacar na divisão apontada acima a Avenida do Contorno que originalmente foi denominada Avenida 17 de Dezembro, em homenagem à data da promulgação da lei que oficializou a escolha de Belo Horizonte como sede da nova Capital do Estado, funcionando como uma espécie de fronteira social entre a parte planejada e urbanizada e a área suburbana da nova Capital, permanecendo inacabada até a década de 1940 e somente nos anos 1970 é que adquire sua configuração atual como um dos maiores corredores de circulação, unindo vários bairros da área central. Atualmente tem uma configuração contemporânea, constituído lugar de passagem e de consumo, oferecendo experiências diversas e descontínuas.

MODERNIDADE EM BELO HORIZONTE

Como consequência da política de modernização da economia implantada por Vargas, as bases para o desenvolvimento industrial da cidade foram lançadas, em 1936 é criada a lei 98 que criou a zona industrial de Belo Horizonte ao longo das linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil e Oeste de Minas e do ribeirão Arrudas, determinando a área para expansão do setor. Mesmo com o prefeito Otacílio Negrão de Lima declarando satisfeito com o rumo das atividades industriais, com a instalação de mais de 20 empresas como a Cia Souza Cruz, este crescimento não foi o suficiente para atender a demanda da cidade por empregos. A solução encontrada a época foi trazer agências de empresas de São Paulo e Rio como, Volvo, Dodge e Casa da Borracha.

“Com a preocupação, já manifestada, de aparelhar para esforços futuros o abastecimento geral inicie em maio do corrente ano as obras de barragem do rio Pampulha, cujo projeto é de autoria do engenheiro Henrique de Novaes. A barragem, de terra, construída por maciço de 87.621m³, prover-se-à de todos os acessórios indicados para o aproveitamento da água acumulada. Em torno do grande lago, circundado por uma avenida em construção, é fácil prever a edificação de um novo e pitoresco bairro de recreio, destinado a atrair a afluência daqueles que, em dias de folga, queiram entregar-se a entretenimentos, repousando do diuturno labor da cidade. A vasta superfície líquida presta-se aos esportes de natação e remo, assim como o pouso de hidroaviões. Com a proximidade do Campo de Aviação da Pampulha constituirá pois, um ‘aeroporto’ para servir excelentemente a Belo Horizonte”. Otacílio Negrão de Lima

Assim a ideia de construção da represa foi lançada. No entanto, o projeto somente se tornou realidade na década de 1940, quando Juscelino Kubitschek passou a ocupar a prefeitura de Belo Horizonte. JK deu continuidade a alguns dos projetos de Octacílio Negrão de Lima, como a remodelagem da Avenida Pampulha, que foi expandida, facilitando o acesso entre a área central da cidade e a barragem. Também foram continuadas as obras da Avenida Presidente Getúlio Vargas, idealizada por Negrão Lima - que contornaria a lagoa da Pampulha. Na década de 1960, a avenida foi renomeada em homenagem ao seu idealizador: Octacílio Negrão de Lima.

Com o objetivo de renovar a capital, promovendo um surto de desenvolvimento e modernização, JK realizou diversas obras que projetaram internacionalmente o nome da cidade. A mais importante delas foi o Complexo Arquitetônico da Pampulha, inaugurado em 1943. Desenhado pelo então jovem arquiteto Oscar Niemeyer, o complexo era formado por quatro obras principais; a Igreja de São Francisco de Assis, a Casa do Baile, o Cassino e o Iate Golf Clube instaladas às margens da lagoa artificial. Com suas linhas originais e modernas, Oscar Niemeyer fez da Pampulha um dos maiores exemplos da arquitetura modernista brasileira.



Anos mais tarde, a Pampulha ganharia ainda mais prestígio ao ser considerada por Niemeyer, ensaio para a construção da nova capital federal. Como revela suas palavras inscritas nas paredes da Casa do Baile:

“Pampulha foi o início de Brasília, os mesmos problemas, a mesma correria, o mesmo entusiasmo. E seu êxito influenciou, com certeza, na determinação com que JK construiu a nova capital.”

Assim, abandonou-se a velha Pampulha, em lugar da nova que passou a simbolizar o espaço de lazer e turismo, que trouxe consigo não somente traços, mas, também os ideais de tempos modernos sempre presentes na trajetória de Belo Horizonte, que por sua vez se torna referência internacional da Arquitetura Moderna.

Enquanto a Pampulha recebia atenção redobrada o Prefeito Celso Melo Azevedo criou em 1955 o Departamento Municipal de Habitação de Bairros Populares com o fim de dar suporte financeiro para as ações da política habitacional dirigida às camadas de baixa renda. Nesta época foi feito um cadastramento das favelas da capital, quando foram identificados 9.423 domicílios e 36.432 moradores residentes nessas áreas.

LEI Nº 557 DE 10 DE AGOSTO DE 1956

"ESTRUTURA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E BAIRROS POPULARES"

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares, criado pela Lei Municipal Nº. 517, de 29 de novembro de 1955, e erigido em pessoa jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e sede e fôro nesta Capital, reger-se-á pelas disposições desta Lei.

Parágrafo Único - No contexto desta Lei, são consideradas equivalentes as expressões "Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares", "D.B.P." e "Departamento".

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1956/56/557/lei-ordinaria-n-557-1956-estrutura-o-departamento-municipal-de-habitacao-e-bairros-populares-1956-08-10-versao-original>

A dicotomia centro/periferia era fruto dessa experiência de cidade, decorrente da distribuição diferenciada dos serviços de infraestrutura. Em Belo Horizonte, o signo dessa modernidade capitalista e da segregação do espaço decorria de sua fundação (1897) e do debate em torno do plano da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas (1893-1897).

Imaginado como novo centro de dinamização da economia e de integração das elites republicanas mineiras, o espaço urbanizado foi construído sem um lugar específico para o operário. O território planejado foi loteado, distribuído e ocupado por funcionários públicos que se transferiram de Ouro Preto para Belo Horizonte, enquanto os pobres e os operários que trabalharam na construção da cidade foram afastados para a periferia. Durante as primeiras décadas do século XX, as posturas municipais consolidavam o processo de transferência dos operários para as zonas suburbanas e rurais desprovidas de infraestrutura, proibindo a moradia dos pobres nas áreas centrais urbanizadas. (SOMARRIBA)



Esse progresso, contudo, não se fez sem o agravamento das desigualdades e problemas sociais. O surgimento de inúmeras favelas comprova o desequilíbrio causado pela concentração de renda. A especulação imobiliária era grande e o mercado da terra entregue a iniciativa privada, o que levou a expulsão para as periferias as camadas de renda mais baixas que, mesmo obtendo legalização de suas propriedades não suportavam a especulação devida principalmente o aumento de impostos.

Neste contexto, podemos apontar uma grande movimentação da população carente de Belo Horizonte a favor da criação das **Unões de Defesa Coletiva** nas favelas. Essas Unões se reuniram na Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte que contava no ano de 1964 com 55 associações filiadas. Estes movimentos foram essenciais na luta pela moradia, já que as pessoas que viviam nestas condições constantemente eram ameaçadas de expulsão e de desalojamentos.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, com a ampliação do sistema de drenagem na área central e expansão da cidade em direção às regiões periféricas, surgiram outros pontos críticos. Em 2 de janeiro de 1983, quando a favela Sovaco de Cobra, às margens do Arrudas, desapareceu. Até a Ponte do Perrela foi destruída. Um relatório apontou 51 mortos e, no fim de um mês, o número chegava a 70. Naquele ano, começavam as obras na calha do Arrudas, que chega a ter 22m de largura por 9m de profundidade em alguns pontos. A solução demonstrou-se temporária, pois temos alagamentos até os dias de hoje.

BELO HORIZONTE CONTEMPORÂNEA

A Constituição de 1988 determinou a elaboração dos Planos Diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes, em 1996 surge a Lei 7165 Lei Orgânica do Município que outorgou o Plano Diretor de Belo Horizonte prevendo; desenvolvimento urbano (físico, social, econômico e administrativo), com objetivo coletivo de estabelecer a função social da propriedade e melhorar a qualidade de vida.

A memória da cidade começou a ser mais valorizada, com o tombamento de vários edifícios de importância histórica. A população ganhou, ainda, diversos espaços de lazer, como o Parque das Mangabeiras, inaugurado em 82, e o Mineirinho. A área de saúde também experimentou grandes avanços com a redução do número de casos de poliomielite e tétano, graças às campanhas de vacinação infantil. Ainda assim os problemas não desapareceram.

Dois dos problemas mais graves da cidade é o crescimento da população aliado a falta de infraestrutura urbana na periferia. Falta rede de saneamento básico, falta moradias o que aumenta a ocupação de terrenos e prédios vazios. No centro urbano os problemas são relacionados a falta de mobilidade urbana, uma vez que o número de veículos só aumento nos grandes centros metropolitanos, população por sua vez busca o uso do espaço público para seu lazer.

[conjunto vazio] – A Ilha



O coletivo [conjunto vazio] em meados de 2008 realizou a intervenção urbana “A Ilha”, que se propôs a ocupar rotatórias e espaços aparentemente sem uso.

Com uma proposta bem simples, ocupávamos a cidade com nossos amigos, avós e alguns transeuntes para uma tarde divertida e despreocupada.

No campo arquitetônico a cidade vai se tornando “pós-moderna” haja vista o famoso prédio arredondado da Andradas. O bairro de Lourdes na zona sul, perdeu suas casas e quintais e deu lugar aos prédios, revestidos de granitos de vidro. A igreja Nossa Senhora de Fátima, que foi oficializada em 1952 e funcionava provisoriamente no Grupo Escolar Pandiá Calógeras, finalmente foi construída e inaugurada em 1992 na Praça da Assembleia (Carlos Chagas, com projeto do arquiteto Ronei Filgueiras).



Arquitetos: Éolo Maia e Jô Vasconcellos
Uso: Escritórios
Ano: 1989
Estilo: Pós moderno
Endereço: Av. dos Andradas 2287, esquina com
Av. do Contorno 2287. Bairro Floresta
Acesso: livre
Fotógrafo: Marcelo Palhares Santiago

A história recente da capital mineira é um encontro de mudanças e valorizações. Nos anos 90, espaços públicos como a Praça da Liberdade, a Praça da Assembleia e o Parque Municipal foram recuperados para o melhor aproveitamento da população.



Com um diversificado setor de comércio e de prestação de serviços e contando com uma desenvolvida rede de hotéis e restaurantes, Belo Horizonte apresenta-se, em pleno século XXI, como um dos principais polos de turismo de negócios do país, sediando importantes eventos nacionais e internacionais. Entre eles, o II Encontro das Américas em 1997, o 26º Encontro Econômico Brasil-Alemanha em 1999, a 47ª Reunião Anual do BID em 2006 e a Ecolatina em 2007. Além disso, a capital passou a ser um espaço disputado para o **turismo de eventos**, realizando congressos, convenções, feiras e exposições.

Desde o ano 2000, a capital destaca-se nos âmbitos nacional e internacional, com a realização de eventos culturais, reconhecidos nacional e internacionalmente. Eventos tradicionais como o Festival Internacional de Teatro – FIQ, Festival Internacional de Quadrinhos – FIQ e Festival de Arte Negra – FAN são alguns dos exemplos de atividades que compõem o calendário cultural de Belo Horizonte, que possui eventos das mais diversas áreas, inclusive já tendo sido sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

ACESSE **EDITORAPL.COM.BR**
E ADQUIRA O MATERIAL COMPLETO

